



Periodicos  
da Escola Académica

# **A família como unidade educacional na nova perspectiva social**

da educação familiar à educação escolar



José Fernando Silva    Elma Lopes  
Maria Neide Targino    Paulo José Gomes



Periodicojs  
EDITORA ACADÊMICA

# **A família como unidade educacional na nova perspectiva social**

da educação familiar à educação escolar



José Fernando Silva    Elma Lopes  
Maria Neide Targino    Paulo José Gomes

## Conselho Editorial

Abas Rezaey

Izabel Ferreira de Miranda

Ana Maria Brandão

Leides Barroso Azevedo Moura

Fernado Ribeiro Bessa

Luiz Fernando Bessa

Filipe Lins dos Santos

Manuel Carlos Silva

Flor de María Sánchez Aguirre

Renísia Cristina Garcia Filice

Isabel Menacho Vargas

Rosana Boullosa

### Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

### Idioma

Português

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F198 A família como unidade educacional na nova perspectiva social: da educação familiar à educação escolar. / José Fernando Silva, Maria Neide Targino, Elma Lopes, Paulo José Gomes – João Pessoa: Periodicojs editora, 2024.

E-book: il. color.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-6010-101-2

1. Família. 2. Educação familiar. I. Silva, José Fernando. II. Targino, Maria Neide. III. Lopes, Elma. IV. Gomes, Paulo José. V. Título.

CDD 343.8

Elaborada por Dayse de França Barbosa CRB 15-553

Índice para catálogo sistemático:

1. Família: 343.8

Obra sem financiamento de órgão público ou privado. Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Teses e Dissertações na America Latina da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



Filipe Lins dos Santos  
**Presidente e Editor Sênior da Periodicojs**

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil  
website: [www.periodicojs.com.br](http://www.periodicojs.com.br)  
instagram: @periodicojs

# Prefácio



A obra intitulada de “A família como unidade educacional na nova perspectiva social: da educação familiar à educação escolar” é fruto da pesquisa produzida pelos pesquisadores José Fernando Silva, Maria Neide Targino, Elma Lopes, Paulo José Gomes. A publicação desse livro junto a Editora Acadêmica Periodicojs se encaixa no perfil de produção científica produzida pela editora que busca valorizar diversos pesquisadores por meio da publicação completa de suas pesquisas. A obra está sendo publicada na seção Tese e Dissertação da América Latina.

Essa seção se destina a dar visibilidade a pesquisadores na região da América Latina por meio da publicação de obras autorais e obras organizadas por



professores e pesquisadores dessa região, a fim de abordar diversos temas correlatos e mostrar a grande variedade temática e cultural dos países que compõem a América Latina.

Essa obra escrita pelos pesquisadores possui grande relevância ao colocar em evidência o papel da família como meio para auxiliar o processo educacional dos filhos, permitindo-se problematizar a importância da boa relação entre a família e a escola.

**Filipe Lins dos Santos**

**Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs**



# Sumário



INTRODUÇÃO

8

## *Capítulo 1*

A FAMÍLIA E A SUA FUNÇÃO SOCIAL NO  
CONTEXTO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE NA  
PERSPECTIVA DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS  
DO SÉCULO XIX E A CONJUNTURA SOCIAL  
ATUAL

16

## *Capítulo 2*

A FAMÍLIA COMO UNIDADE EDUCACIONAL: DA  
EDUCAÇÃO FAMILIAR À EDUCAÇÃO ESCOLAR

41

6



## *Capítulo 3*

### PRESENÇA DA FAMÍLIA NA ESCOLA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA O APRENDIZADO

60

### *Considerações Finais*

82

### *Referências Bibliográficas*

88





# INTRODUÇÃO

Nunca se discutiu tanto como atualmente, o panorama da educação brasileira à luz dos seus pressupostos formadores, como reflexo da quantidade de demandas que a escola tem recebido em prol de uma educação referenciada no social. Tal pressuposto implica em pensar a escola como instituição formadora de opinião e como via de crescimento pessoal e econômico.

É fato que a supervalorização da instituição escolar, tenha construído um modelo de escola que, na prática, se realiza na construção de perspectivas capitalistas para o conhecimento, o que implica, por exemplo, na instituição de metodologias que visem tão-somente o repasse de informação aos educandos, propondo uma manifestação meramente positiva do trabalho em sala de aula. Dá-se à escola, desta forma, a forma de uma instituição estanque, onde todos os anseios e as necessidades dos educandos, como num passe de mágica, saem do plano teórico e passam a habitar o universo prático.

A escola precisa preparar, como bem esclarecem os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL,



2007), para a vida cotidiana, aquela que acontece fora do seu espaço geográfico e que se caracteriza, justamente, por ser dinâmica, por ter agentes em constante transformação e, principalmente, por representar uma perspectiva mais generosa da sua própria realidade. É a escola que se fundamenta no princípio de fornecer resposta aos estímulos que recebe da sociedade, sendo, portanto, essencial que tais estímulos tenham já sido previamente trabalhados.

Nestes termos, um fator positivo sobre a realidade escolar, seus anseios e suas perspectivas, tem-se que a escola precisa contar sempre com ajuda de terceiros, dentro e fora do seu espaço geográfico. Dentro, são os colaboradores que fazem a parte deles, levando à educação, todos os pressupostos físicos e materiais que ela precisa para florescer; fora, são os políticos e representantes estatais que fomentam verbas, projetos, planos, que fazem com que a escola passe a ser um espaço trabalhável na perspectiva do ensino moderado, direcionado para a sociedade.

Mas, sem nenhuma sombra de dúvida, a ajuda que mais conta ao jovem é, indiscutivelmente, a da família. Nes-



te sentido, os Jovens que têm pais presentes, em geral têm melhores notas, mais perspectivas de vida diante dos desafios a serem encarados fora da escola, mas que, entretanto é a escola quem dota eles para esta compreensão.

A realidade social brasileira, a inserção exagerada do capitalismo sobre a instituição escola, bem como suas deficiências próprias são fatores que dificultam o desenvolvimento desta sinergia, apontando para a necessidade de grandes cotas de comprometimento, para ambos os sujeitos envolvidos na formação do educando. Neste sentido, a participação de instituições sociais como a família, nos espaços escolares, além de garanti processos de aprendizagem e apropriação de conhecimentos, forma pessoas mais preparadas para a sociedade.

Portanto, o presente trabalho analisa esta relação de forma a consolidar a perspectiva sócio referenciada mostrando que a escola não é em si uma instituição que possa estruturar a sua existência apenas no seu desejo, nas suas visões institucionais, ao contrário, sua atividade é constantemente permeada por valorações e desafios que são, na



prática, resultado dos novos tempos, das novas formas de intervenção sobre o mundo.

Desta forma, torna-se como problema de pesquisa: até que ponto a presença da família na escola é importante na educação de jovens e adolescentes?

Na busca de respostas para este problema de pesquisa foi levantado como objetivo geral analisar as implicações favoráveis da presença da família na escola, considerando esta última como um prolongamento da família dentro da célula social. Associado a este objetivo foram elaborados objetivos específicos, os quais foram:

- Analisar a família e suas funções educacionais e sociais no contexto cultural do século XIX;
- Analisar a família como unidade educacional, enquanto espaço do conhecimento que se manifesta dentro da influência estatal;
- Analisar as vantagens da inserção da família no espaço escolar, considerando o processo de educação da família como capaz de transferi



aos sujeitos dois dos principais elementos necessários à sua atividade social: a socialização primária e a socialização secundária.

Para alcançar estes objetivos, este estudo qualitativo adotou por método a pesquisa bibliográfica que é um “procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (LIMA & MIOTO, 2007, p. 43).

Neste sentido, a pesquisa bibliográfica desenvolvida nesta pesquisa foi considerada como um “procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (LIMA & MIOTO, 2007, p. 43).

Portanto, justifica-se esta pesquisa tanto do ponto de vista acadêmico; quanto na perspectiva social, conside-



rando que a família e a escola são instituições que no século XXI estão passando por profundas transformações, sendo, portanto o tema relevante por ser atual e alvo de constantes debates. Quanto à justificativa pessoal, a formação filosófica e sociológica do pesquisador, que é licenciado em Filosofia e licenciado em Sociologia o motivaram a analisar as relações entre escola e família, considerando a importância destas duas instituições sociais na formação do indivíduo.

Quanto a sua estrutura, esta monografia além da introdução e considerações finais, esta composta por 3 capítulos, cada um abordando um enfoque específico da realização do trabalho educacional coletivizado na escola pública. No primeiro capítulo, analisa-se o papel da família no século XXI, fase em que cada vez mais, as mídias e as tecnologias estão se encarregando, aos poucos, de educar os jovens e adolescentes, de forma lenta, porém definitiva; no segundo capítulo, discute-se a relação entre família e suas funções dentro da sociedade ao longo da evolução do homem como espécie, desde a família de proteção, até a fa-



mília social, educacional contemporânea, mostrando que a educação – em todos os seus níveis e manifestações, é o resultado de um processo dialético do homem com o seu próprio meio ambiente; no terceiro capítulo trabalha-se mais efetivamente a participação da família dentro do contexto educacional, abordando as vantagens da inserção da família no espaço escolar.

As considerações finais trazem como principal constatação realizada pela pesquisa que a escola é uma instituição incompleta, quando ignora as potencialidades do trabalho compartilhado com a família, célula-mor da sociedade.





## Capítulo

## 1



**A FAMÍLIA E A SUA FUNÇÃO SOCIAL  
NO CONTEXTO EDUCACIONAL: UMA  
ANÁLISE NA PERSPECTIVA DOS  
AVANÇOS TECNOLÓGICOS DO SÉCULO  
XIX E A CONJUNTURA SOCIAL ATUAL**

Para o dicionário Aurélio (2004, p. 312), a família é formada por “[...] pessoas aparentadas que vivem, geralmente, na mesma casa particularmente, o pai, a mãe e os filhos. [...] pessoas do mesmo sangue [...]”, formando assim, o que o mesmo autor chama, com base nos estudos especializados de família elementar, além dessa família nuclear atualmente já existe a união de pessoas dos mais variados gêneros que forma uma família. Compete entender que a família é a instituição social mais antiga de que o homem tem notícia, existindo quase que simultaneamente ao surgimento da personalidade humana, por motivos de sobrevivência.

Neste sentido, é importante formular o entendimento de que a família é uma unidade diversificada onde ocorrem uma serie de divergências, pois no ambiente familiar, apesar de aparentemente simples, é de natureza bastante complexa. É possível afirmar que, até chegar à forma atual, partiu-se de um modelo pré-estabelecido de família entre pai mãe e filhos, até a família atual que comporta pessoas de gêneros variados. A este fenômeno evolutivo, pode-se também atrelar a própria evolução social, uma que atra-



vés dos tempos a família passou não apenas de tradicional, mas surgindo com a união entre pessoas. Cada sociedade detém uma família própria. Uma manifestação do núcleo de convivência humana.

Como instituição social, pode-se traçar uma história da família, pois esta, ao se desenvolver, deixou um rastro perfeitamente identificável, ou seja, formando a base da sociedade que conhecemos atualmente. Assim os elementos que foram-se sobrepondo aos demais, aos modernos, em que, eram mal vistos como sendo radicais, complexos, mas que, aos poucos, foram se ajustando aos novos tempos (BOSI, 2000, p. 19). A cada nova transição, novas mudanças históricas foram delimitando a noção que se tem do núcleo familiar. Este fenômeno faz parte da dinâmica que há entre todos os elementos que formam o conjunto social. Assim para Lauwe et al. (s.d., p. 476) afirmam que,

A concepção estática da família, considerada como um refúgio, uma garantia de estabilidade ou de ordem social, está hoje ultrapassada. Num mundo em rápida transformação, a família nada perdeu da sua



importância, do seu vigor, da sua vitalidade, mas atravessa uma fase de completa transformação.

Os novos tempos deram a máxima que norteia a família na contemporaneidade. O império da informação alada no contexto comunicacional eletrônico acaba trazendo aos núcleos clássicos, novos elementos que, aos poucos vão minando e flexibilizando, se transformando em diversos núcleos, que, ora se aproximam ora se afastam do ideal de família descrito pelo Aurélio (2004, p. 312).

Convém, antes de conhecer as principais funções sociais da família, estabelecer um ponto em comum hoje em dia que é, justamente, o que, de fato, é a família. Para estabelecer este conceito, Lauwe e outros estudiosos (s.d., p. 376) estabelecem o questionamento como chave do raciocínio, da fórmula da qual derivam os demais elementos, a família como conhecemos e suas modificações.

Mas o que é a família? Tomaremos aqui a palavra no sentido restrito de grupo conjugal compreendendo, na civilização ocidental, o homem,



a mulher e os filhos, mais ou menos ligados ao conjunto de pessoas que vivem num mesmo alojamento, quer dizer ao «ménage» no sentido administrativo da palavra. Na vida rural, e sobretudo em outras civilizações, este grupo conjugal é menos fácil de distinguir da «comunidade familiar» ou grupo extenso de parentesco, que desempenha aí um papel mais importante. Na vida urbana e na civilização industrial, o grupo conjugal diferencia-se, porém, cada vez mais nitidamente. Parece desenhar-se uma evolução geral nesse sentido, mesmo, até certo ponto, em países onde vigorava a poligamia.

Para os autores, a flexibilização do conceito de família se estabelece de forma ampla, gradativa, e ao mesmo tempo, dinâmica, montada sobre os principais aspectos que geraram o conceito moderno. A começar pela própria distinção. Como afirma LÔBO (2008, p. 5),

Na contemporaneidade, a família se estabeleceu como um elemento cultural. É parte da cultura ocidental o padrão de família nuclear: pai,



mãe e filhos. Esta família, que foi consolidada numa macroestrutura urbana, montada para funcionar segundo a demanda e a lógica do Estado.

Para os autores, a ideia de “ménage” social é válida nos grupos ocidentais familiares, porque dá conta de outros sujeitos que se unem à célula familiar por laços de sangue ou por afinidades. Desde o século XIX, é possível perceber que há maior possibilidade de sustentação de mais sujeitos no mesmo núcleo familiar. Nesse sentido, o conceito de família se permite alargar, comportando mais sujeitos, ou seja, se aproximando dos primitivos grupos humanos, onde havia a junção dos diversos núcleos familiares que conviviam no mesmo território facilitando assim, a sobrevivência, e protegendo uns aos outros contra intempéries naturais. Os grupos rurais ampliam a ideia de ménage social, porque passam a conglobar não apenas a família em particular, a que convive sobre o mesmo teto, mas, diversos grupos sociais que convivem sobre o mesmo território.

Primitivamente, a família, como entidade social,



acompanha a evolução da perspectiva de mundo dos seus sujeitos. Assim, as famílias clássicas, especialmente as famílias patriarcais, mantinham uma estrutura mais ou menos sólida, amoldas por valores morais conservadores, criados e distribuídos por outras instituições, especialmente a Igreja, da qual decantou a escola, que mais tarde, ganhou autonomia suficiente para que, por se mesma, viesse a consolidar os elementos principais da nova sociedade.

A família nuclear, até o fim do século XIX passa a deter, paulatinamente, novas perspectivas, tantas quantas a sociedade exige em face dos novos tempos. Marx (1986, p. 200), previu que, com o assentamento das necessidades vitais, em decorrência do desenvolvimento das novas formas de manutenção da vida, com o aumento das colheitas, o descobrimento de novos tratamentos medicinais, com as melhorias das condições sanitárias, haveria um aumento gradativo na quantidade de pessoas que passariam a ocupar os núcleos familiares. Com isto, associado ao incipiente desenvolvimento industrial, recém-descoberto, o capital passa a exercer influência superior aos primeiros princípios ideo-



lógicos que antes nortearam as primeiras famílias.

Lauwe et al. (s.d., p. 477) entendem que, no século XIX, a família conjugal passa a ser uma célula que, ao passar pelo estado de tutela estatal, tem justamente o caráter de ser multifuncional da célula familiar na sociedade moderna. Assim,

A família conjugal, ou um pouco mais latamente o «ménage», tal como existiu durante muito tempo na Europa, correspondia: no espaço, a uma unidade de habitação; do ponto de vista económico, a uma unidade de produção e de consumo; do ponto de vista social, a uma unidade de autoridade, a do «senhor da casa» ou chefe de família; e encontrava-se duplamente inserta num «sistema de parentesco» e num grupo local mais vasto: lugar, aldeia ou bairro.

Assim, como ranço da família primitiva, que dividia o espaço com os instintos e a natureza, o sentido da liderança, encabeçado no macho, no alfa, os grupos humanos seguiram por muito tempo atuando no mesmo espaço



social, com o moderno e o arcaico. Nogueira (s.d., p. 3) entende que,

A família era, simultaneamente, uma unidade econômica, religiosa, política e jurisdicional. Inicialmente, havia um patrimônio só que pertencia à família, embora administrado pelo pater. Numa fase mais evoluída do direito romano, surgiam patrimônios individuais, como os pecúlios, administrados por pessoas que estavam sob a autoridade do pater.

A família a que se refere Nogueira (idem) faz clara referência ao momento que Lauwe e outros (ibidem) descrevem: o momento entre a transição do estado patriarcal da instituição, polarizado num único indivíduo, mas que, aos poucos, se consolida numa certa autonomia, influenciada principalmente pelo sentido de posse, de segurança, e que aos poucos foram se transformando.

A nova família é aquela que passa pelas transformações amplas do século XIX. As fábricas fizeram com que os pais passassem mais tempo afastados dos núcleos



sociais, passando a parte da administração familiar e uma parcela importante da educação dos filhos às mães. Contudo, muitas mulheres, sobretudo as das classes sociais menos abastadas, passaram a, obrigatoriamente, envolver-se em jornadas de trabalho que chegavam a 12 horas diárias, quase sem descanso.

Huberman (2008) esclarece que, neste período, a busca pelo enriquecimento à base da exploração da mão-de-obra barata dos ex-camponeses que foram expulsos dos campos por força das chamadas leis de fechamento, medidas estatais comuns no início do século XIX que visavam proteger as áreas industriais. Assim através da migração social dos campos mais distantes para as cidades, formou-se desta forma, uma verdadeira massa de desempregados, e, com eles, uma complexidade social bastante que gerou impactos irreversíveis no contexto da época.

Novas células familiares surgiram neste período, e esta dinâmica, que não se extinguiu, inspirou um período distinto na história das famílias. Lauwe e outros (s. d., p. 478) distinguem este período:

A industrialização e o desenvolvi-



mento da vida urbana, nos séculos XIX e XX, modificaram ao mesmo tempo a economia, os grupos locais e os sistemas de parentesco. Em consequência, a família conjugal mudou simultaneamente de posição na sociedade e de estrutura interna. Ao mesmo tempo, novas ideologias modificaram os modelos antigos, aos quais se reportam os membros da família. A imagem do «grupo primário» adquiriu outra forma na representação mental. Alteraram-se os sistemas de valores. Até as palavras «pai» e «filho» deixaram de ter o mesmo significado, e a linguística revela as suas profundas modificações.

Antes de se aprofundar nos conceitos basilares de família, estabelecendo suas principais funções contemporâneas, convém ressaltar que ao longo dos tempos, é possível entender que, dentro das famílias, a dinâmica dos papéis sociais, tal como defendido por Lauwe e outros (s.d.), estabelecem o conceito de que a família não é mais apenas aquela unidade hermética, fechada em si mesma, mas um micromundo, uma rede complexa de acontecimentos inter-



nos. Assim como Durkheim e outros que param para pensar no papel de proteção contra as relações anômicas, que a família possui, o que pode ser interpretado como a “liga” que inspira a formação e a coesão da família. Vilhena (2010, p. 2) sobre o papel da família como reguladora social afirma que,

Depois de Durkheim, tornou-se lugar comum na sociologia da família, falar do casamento como o espaço que serve ao indivíduo de proteção contra a anomia. Se falamos de situações anômicas, vale a pena examinarmos, mais detidamente, esta instituição como um instrumento criador de um “nomos”, ou seja, a família, favorece um engajamento social que cria para o indivíduo uma espécie de ordem, na qual sua vida adquire um sentido, constituindo-o como sujeito.

Para Durkheim (1982), na sociedade patriarcal, pela própria decorrência dos princípios que norteavam a necessidade de se manter unidos os grupos sociais – mas que com o passar dos anos se mostrou parcialmente ineficaz



–, a anomia era evitada porque o pai, no auge de seu poder literalmente ditava as regras a serem seguidas pelos indivíduos naqueles núcleos familiares. A anomia – ausência de normas a seguir – no interior destes grupos, passaria a ser um fator de risco à sobrevivência destes grupos, pois levaria a situações em que haveria divisão. Durkheim (2001) assinala a proibição do incesto como sendo a primeira e basilar norma que forma a família – ao manter a mãe e as irmãs como sagradas aos demais membros dos grupos familiares internos, evitam-se competições internas, bem como o risco de contendas internas pelos bens.

A família surge, pois, como entidade única, suprema e, no século XIX, passa a ser compartimentada, bipartida e, a posteriori, redefinida. O capital passa a ser o principal responsável por esta transformação. Mudaram-se os modelos praticados na vida social. O homem passa a ter derogada sua autoridade pelo Estado, que passa a ditar as normas que, desta feita, assumem o caráter coercitivo que a sociedade primitiva lhe dava.

Para Marx (2006), a lei fundamental de transfor-



mação de uma sociedade está vinculada ao desenvolvimento de suas forças produtivas, que em determinado estágio de desenvolvimento, chegam ao seu limite entrando em contradição com as relações de produção que as desenvolveram. É na expansão das forças produtivas que encontraremos as relações de propriedade, a distribuição da renda entre os indivíduos e a formação das classes sociais.

Assim, o nosso ensejo social traz à luz do momento, uma demanda diferenciada pelos novos sujeitos que passam a atuar no cenário urbano. Aliás, a própria mudança de cenário – quando o homem abandona o campo e passa a viver nas cidades – representou, por si só, uma grave transformação social, pois obrigou indivíduos de culturas diferentes a se miscigenar, o que, assim como as demais variáveis, veio a influenciar, de forma complexa, a formação e as funções familiares.



## **A família e suas funções sociais – uma visão à luz do contexto cultural do século XIX.**

A família era uma antes e outra depois do século XIX. Se, por acaso, fosse preciso traçar um paralelo entre a família clássica e a família moderna – a que se formou a partir do advento da industrialização e da consequente hegemonia progressiva do capital – ele teria como eixo justamente o enfraquecimento progressivo do papel do macho como principal sujeito dos núcleos familiares e na mediação do capital dentro das relações sociais intrafamiliares.

Entretanto, apesar da influência em massa dos elementos do capital dentro das famílias, as funções sociais destas – a maioria pelo menos – não foram substancialmente alteradas, isto é, permaneceram, porém com nova roupagem para acompanhar as inovações tecnológicas e sociais destes novos tempos que, inexoravelmente, pareciam atingir de forma ampla a todos os grupos pessoais.

Outro aspecto a ser considerado é a parcialidade dos materiais que existem, das descrições e estudos, que



nos chegaram à contemporaneidade sobre os núcleos familiares do século XIX. É que a sociedade da época desconhecia toda uma classe de cidadãos: os pobres não faziam parte do convívio social, ou seja, eram homens invisíveis, os quais o Estado apenas limitava os campos de atuação, delimitando a sua presença oficial apenas nas estatísticas fabris. Sobre este aspecto, assevera Vilhena (2010, p. 4) que,

Segundo Maria Cristina Wissenbach (1998), no final do século XIX e início do XX, as poucas referências às classes populares se dão em função da perda da maior parte de seus registros obliterados ‘pelas crônicas oficiais e pelas mediações ideológicas dos que, por motivos diferenciados, se dignaram observá-los’ (ibid.:129). Para a autora, o início da República e os adventos modernizantes e excludentes deste limiar entre séculos mobilizaram as populações pobres no sentido de construir e improvisar padrões de organização e sociabilidade.

A autora faz referência ao Brasil. O espaço geográfico muda, mas permanecem as mesmas regras informais



que prevalecem sobre a elaboração dos discursos acadêmicos sobre a família. Vale salientar também que, mesmo ignoradas, as famílias ricas e as famílias pobres são apenas parte de um todo complexo, que se complementa a partir do contraste entre um modo e outro de enxergar as relações de dentro do lar. A autora coloca esta “falha” como uma das principais causas do anacronismo presente em algumas das principais fases de estudo da família.

Lauwe et al. (s.d., p. 418), em seu trabalho, dedicam-se à análise das funções sociais da família no século XIX, iniciando pela análise da família como base reprodutiva. Para os autores,

Dentro das funções físicas e biológicas, a função de reprodução e de sobrevivência é aquela que, pelo menos aparentemente, parece menos susceptível de sofrer modificações importantes. No entanto, as transformações técnicas, o melhoramento das condições de vida e de saúde, as guerras, as crises econômicas e as correntes ideológicas têm uma influência profunda sobre o comportamento dos homens pe-



rante a vida e a espécie. Particularmente, a concepção do casal como unidade social e espiritual tende cada vez mais para uma diferenciação entre a função de procriação e o amor, apesar das suas ligações profundas. O casamento é, agora, antes de mais nada, uma união de duas pessoas. É um princípio novo na humanidade desde o Cristianismo se bem que as sociedades ditas cristãs o tenham depois, muitas vezes, submetido a rude prova e não pareçam tê-lo reencontrado senão recentemente.

Os autores partem da análise de que os primeiros grupos familiares tinham uma função social definida: a procriação é o principal resultado da união dos sujeitos, da qual se consolida a formação da família. Procriar, entretanto, nos parece mais apropriado, ser concebido como uma condição biológica, da qual, nenhum individuo pode ser escusado. O que se pode deduzir da extensão da análise dos autores sobre tal característica é justamente o seu aspecto contemporâneo. No século XIX, não apenas as influências sociais demarcadas pela economia ditaram as novas regras para o



comportamento reprodutivo humano, como também os preceitos ideológicos anarquistas e contestadores deram à luta humana pela conquista do seu espaço, uma nova dimensão social demarcada especificamente pela corrente mais ampla do pensamento de que a sociedade contemporânea vive presa em seu individualismo (SCHIMIDT, 2010, p. 90).

O eucentrismo social que a pós-modernidade trouxe acaba dando a esta função social a diminuição significativa de fins reprodutivos para a família – uma espécie de derrogação, já que é crescente, segundo os censos mais contemporâneos, a tendência de que cada vez mais, casais se unam pelo simples desejo de ficar juntos, tendo os relacionamentos sexuais, meramente a conotação de manutenção do casamento – conceito que acabou se dilatando também no século XXI por força dos processos que desenvolveram-se no século XIX – como uma parte importante, mas para a autossatisfação, não para reprodução.

Mas, para o entendimento dos autores (idem, p. 479), não foi apenas esta função social que foi abalada pela nova confluência que se desenvolveu no século XIX. Na



perspectiva por eles apresentada, a função de proteção material não passou incólume pelas transformações sociais decorrentes da inserção do capital na sociedade e na família.

As funções de proteção material parecem ter perdido uma parte da sua importância, devido ao lugar cada vez maior ocupado pelas diversas instituições sanitárias, educativas, jurídicas, de segurança social. Mas a família reserva para os filhos, sobretudo os mais pequenos, uma função de habitação, uma função de segurança económica e, mais ainda, uma função de segurança afetiva, acerca da qual voltaremos a falar, adiante. Além disso, a família tem sido apresentada, muitas vezes, nas grandes cidades industriais, como um refúgio social, que permite defender o indivíduo contra o isolamento na multidão, particularmente em períodos conturbados.

Para Lévi-Strauss (1976), os primeiros grupos humanos formaram famílias, porque nelas era possível sobreviver às intempéries naturais e aos predadores que punham em risco a existência de todos os entes. A proximidade com



outros grupos sociais ampliou esta proteção e a transformou em uma constante até a formação do Estado.

Modernamente, o Estado acaba englobando funções que a priori eram exclusivas da família. Esta derrogação de responsabilidades – que migrou em nível de importância, do sanitarismo ao Direito – não excluiu de todo o contexto em que elas ainda estão presentes nas famílias, mas colaborou de forma substancial para a dissolução da força do grupo familiar moderno.

Foi a partir da criação de um Estado onde este tutela os direitos fundamentais e dá as regras aos demais agentes, a família passou a exercer, basicamente, a função de adestramento do sujeito. Isso se dar através de um processo, que é gradativo, formando regras de convivências sociais através dos tempos.

Os aspectos citados compõem as chamadas funções físicas ou biológicas das famílias (LAUWE et al., s.d., p. 479) e são essenciais, porque dão conta de explicar a função da família dentro da sua sociedade em dada época, não apenas na dinâmica intergrupar, mas na análise dos sujeitos



em face dos seus instintos e impulsos, do que os torna humanos.

No plano das funções econômicas, segundo os autores (idem, p. 479-80),

[...] a função de produção reveste-se de dois aspectos. Em meio urbano, a família raramente é uma unidade de produção para o exterior como sugere na exploração agrícola; os artífices e os comerciantes são praticamente os únicos a conservar situações deste género. Em contrapartida, a família conserva uma função muito importante de produção de serviços para os seus próprios membros. Quanto mais baixo é o nível de vida da família, mais a mãe e, em certa medida, o pai despendem horas de trabalho para cuidar dos filhos. A importância desta função, do ponto de vista económico, tem sido muito pouco salientada. Quando verificamos que certas mulheres do meio operário trabalham 14 horas por dia para desempenhar as suas tarefas domésticas, podemos compreender melhor o lugar ocupado por esta mão-de-obra familiar na vida social de um país.



Nesse sentido, a mais generosa classificação do plano econômico acaba consolidando o pensamento de que é a unidade familiar que manifesta a principal propensão aos primeiros impulsos formadores da família. A importância da família como núcleo, mesmo que economicamente não se manifeste efetivo, é realmente objeto especial de tutela do Estado. Nenhum modelo social pode ignorar a importância dos grupos sociais internos como potencialmente importantes, porque são núcleos educacionais.

O grupo das funções educacionais e sociais, é um dos mais dinâmicos, porque não mantém-se isolado no contexto uno, mas na troca entre causas e efeitos sociais. No entendimento de Louwe et al. (idem, p. 481):

As funções sociais e culturais formam o terceiro conjunto, e a sua evolução pode ser estudada de diversos pontos de vista. A primeira destas funções é a da socialização da criança. A família teve outrora um papel decerto mais importante do que hoje na instrução e educação das crianças. Nos nossos dias, gran-



de parte destas funções é confiada à escola e aos vários movimentos educativos ou de tempos livres que se ocupam dos jovens. Mas o papel da família permanece indispensável, e numerosos autores têm precavido os pais contra o abandono da educação familiar. O papel da mãe ou do pai permanece, em larga medida, indispensável. IÉ no seio da família que a criança faz a sua primeira aprendizagem da sociedade, e essa aprendizagem marcará toda a sua existência. É a propósito da educação que melhor apreendemos o problema das relações entre natureza e cultura, a que HEGEL deu a importância que se sabe e que autores modernos têm particularmente posto em evidência.

A educação familiar é tão importante quanto a educação escolar, quiçá o seja mais, pois é dentro do contexto familiar que se constroem os mecanismos iniciais de aprendizado social. Diferentemente da maioria dos animais, os seres humanos não têm a capacidade inata de adaptação aos meios de multi estímulo, como a sociedade organizada. Nesta perspectiva, a educação familiar é complexa, pois



lida com arquétipos individuais que têm de ser impressos através de padrões morais e sociais que estão consolidados na coletividade.

Assim, considera-se como educação, no estrito sentido do termo, também a que ocorre dentro dos lares, pois é a partir dela, conforme se abordará no próximo capítulo, que se esboçam os papéis de cada um dentro do jogo social da aprendizagem.





## Capítulo 2



**A FAMÍLIA COMO UNIDADE EDUCACIONAL:  
DA EDUCAÇÃO FAMILIAR À EDUCAÇÃO  
ESCOLAR**

Conforme anteriormente trabalhado, ao longo de sua formação, a família não se limitou às funções biológicas e às grupais, não bastava mais ao ser humano apenas proteger e alimentar aos seus filhos, sua prole. Todos os pressupostos da família dentro da sociedade como grupo, no entanto, limitavam-se basicamente a um único propósito existencial: a educação. Aprender sempre fora uma capacidade que a família soube por bem impregnar suas ações.

Ir além do conhecimento pré-estabelecido era necessário, principalmente porque disto dependia o sucesso da família como empresa social, a educação – principal elemento que diferencia o homem dos ditos animais irracionais – é um dos fatores que possibilitou o sucesso do homem como espécie sobre o planeta terra (SCHIMIDT, 2010, p. 87).

Assim, há uma certa complexidade tanto em sala de aula, quanto fora dela, já que, se amplamente compreendida, a educação não se restringe a um único espaço, nem tampouco a uma mesma porta de ação, é contínua e peregrina, se estabelece do ser para o mundo a praticamente todo



instante em que se busca contato com o meio. Sobre sua diversidade, afirma Mikuzami (2008, p. 1):

O Conhecimento humano, dependendo dos diferentes referencias, é explicado diversamente em sua gênese e desenvolvimento, o que condiciona conceitos diversos de homem, mundo, cultura, sociedade, educação, etc. Dentro de um mesmo referencial, é possível haver abordagens diversas, tendo em comum apenas os diferentes primados: ora do objeto, ora do sujeito, ora da interação de ambos.

Não é a educação um conceito tão simples quanto a forma com que ele é trabalhado dentro de muitos planos governamentais. Neste momento da pesquisa, é interessante conceber a educação como princípio, e não como fim do Estado, já que este, ao tutelar suas diversas manifestações, intimamente está tutelando a sua própria formação. A construção do Estado depende dos inúmeros elementos que exercem influência sobre o comportamento dos seus habitantes. Não há Estado sem pessoas que o componham,



assim, a educação é o que amolda estas pessoas ao contexto do Estado.

A família não fora alienada completamente da responsabilidade de educar. Isto precede a partir do momento em que se trabalha o conceito de educação formal e educação informal. Ambas têm origens e conceitos equidistantes. Neste sentido, Gaspar (1990, p. 171) entende que,

A educação com reconhecimento oficial, oferecida nas escolas em cursos com níveis, graus, programas, currículos e diplomas, costuma ser chamada de educação formal. É uma instituição muito antiga, cuja origem está ligada ao desenvolvimento de nossa civilização e ao acervo de conhecimentos por ela gerados.

A educação formal, como já afirmado, tem limites e planos de atuação diferenciados, estabelecidos, segundo normas mais ou menos homogêneas. Sua razão de existir é clara: educa-se formalmente, porque se deseja que todos os integrantes do mesmo espaço geográfico aprendam va-



lores normativos, culturais, práticos etc., em comum, sem uma distinção que a médio prazo pudesse comprometer o resultado final manifestado por todos no momento de sua interação social.

Nos tempos modernos, especialmente depois do século XIX, quando a informação passou a ser elemento de valorização e saber era a prioridade para a conquista de novos mercados, novas perspectivas sociais, melhores condições, observou-se que a educação precisaria ser redesenhada. Não bastava apenas saber, mas colocar tal conhecimento em prática. O próprio conhecimento precisou se aperfeiçoar.

É na família que surgem os primeiros arquétipos de cultura. O homem pré-histórico já denunciava esta função da família. Ao desenhar nas paredes das cavernas a cobiçada caça, o homem sai do plano físico, material e começa a pensar metafisicamente. Importante considerar antropológicamente este momento, porque é a partir deste entendimento que o homem se projeta – diferente dos demais animais – para o futuro, compreendendo fatos que



podem advir dependendo apenas de alguma ação e fé. A família desempenha este papel de forma pioneira, porque os primeiros elementos religiosos, as primeiras deidades que o homem conheceu foram os elementos da natureza, interpretados à luz de sua inicial ignorância, isto é, personificados. É a tradição familiar que lhes atribui os significados, como se pode perceber em diversas lendas de civilizações mais antigas e ligadas à terra, como os celtas e os maias.

A educação familiar é, pois, um espaço do conhecimento que se manifesta dentro da influência estatal, mas não está em oposição a ela, ao contrário, lhe é complementar. No entendimento de Bento (2000, p. 01),

O sistema de educação formal não pode, por si só, responder aos desafios da sociedade moderna e por isso o seu reforço pela ligação à educação não formal é de fundamental importância. Torna-se, pois, necessário construir pontes fortes entre a educação formal e não formal de modo a alargar e aumentar a qualificação educacional, social e cultural.



O Estado, ao tutelar a educação formal, apenas livrou a família da responsabilidade da educação técnica, especializada. Esta mudança é gradativa e se representa de forma muito tênue, mas eficaz. Basta para tanto compreender como esta modificação atinge os artesãos do século XVIII. Em meados do início daquele século, os artesãos ensinavam, em suas casas, o que era necessário ao aprendiz saber (SCHNEIDER, 2012, p. 17).

Nesta perspectiva, é importante reconhecer que, em face da compreensão da célula familiar (SILVEIRA, 2006, p. 182),

Muitos autores afastam suas análises desses enfoques porque tentam inter-relacionar o passado com o presente da família, criando ‘polos de ruptura’ nas suas análises: no passado, vendo-a como ‘família tradicional’, ‘o modelo’ predominante historicamente; no presente, nomeando-a de ‘família contemporânea’ fixada, ante uma ‘crise’ em detrimento dos ‘abalos’ sofridos pelo ‘modelo tradicional’. São interpretações que dificultam os entendimentos das estratégias familiares,



nas quais é mais cabível considerar que, se de um lado o ‘tradicional’ ainda perdura, do outro, a ‘crise’ revela que nas famílias repercute-se muito mais o vai-e-vem das coisas. (...).

A família não pode ser vista apenas como uma face da sociedade, pois esta contribui muito mais com o universo de teorias que a explicam, compreende-la dentro de seu papel de destaque. Atenta o autor a que a família, quando vista como conjunto de princípio, meio e fim, está compartimentada equivocadamente dentro do universo acadêmico. Pois se estabelece apenas uma linha que não faz justiça a todo o complemento que a família atribui aos sujeitos sociais como entes específicos de suas ações.

A família, mais que agrupamento social, é também célula essencial, confronta-se, portanto, suas principais funções com a complexa rede que se forma no entorno do homem moderno, que se apropria da família em caráter cultural, evidenciando que há, pois uma preocupação para além do caráter funcional que define a família na contem-



poraneidade.

## **Educação informal e educação familiar**

A educação familiar pode ser tipicamente classificada como educação informal. Não depende do que se aprende na escola, não é sistematizada nem atende a programas de formação. Começa a partir do momento em que o sujeito “chega” no núcleo familiar e cessa apenas com a sua morte, quando não mais está apto ao desempenho de funções sociais. A educação familiar, por ser tão difusa, comporta múltiplos núcleos de ação e se realiza dentro de uma perspectiva quase sempre relacionada com as necessidades grupais. Cada família tem sua forma específica de interagir, de “funcionar” dentro da dinâmica social como um todo.

Assim, a família moderna é resultado de muitos processos dentro de uma ruptura histórica específica, que fora a mudança de status cultural e social quando os homens começam a construir, ídolos, ícones, que ameaçam,



em certo grau, o papel dos centros familiares. Pais, mães, filhos, todos atuam nestes processos de forma ativa e passiva, estabelecendo seus campos, zonas de influência, e, ao mesmo tempo, colhendo estímulos que vêm de dentro de sua dinâmica, consolidando desta forma, diversas linhas de trabalho que, por sua vez, compreendem importantes alterações na família, tal qual a reconhecemos.

Neste sentido, percebe-se que, no mundo moderno, as famílias tentam ser entendidas como se processos isolados dessem conta de sua formação, não contribuindo, entretanto, os pretéritos movimentos que desencadearam suas transformações, quando, na verdade, é a superposição destes acontecimentos e novas classes de conhecimentos, que demandam a formação da família. Ainda segundo (SILVEIRA, 2006, p. 184),

Para HOBBSAWM (op.cit.), a revolução cultural estabeleceu ‘o triunfo do indivíduo sobre a sociedade ou ‘o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos a texturas sociais, pois, essas texturas consistiam em configurar modelos



de comportamento, sempre de acordo com as expectativas das pessoas, umas com as outras. (p.328). Instituições como igreja e família tradicionais foram as que mais ‘solaparam’ com este ‘novo individualismo moral’. Queda de vocações para o sacerdócio e crises de autoridade moral e material da igreja sobre os fiéis também reiteram o fato de que novas regras de vida e de moralidade foram implantadas com a ‘revolução cultural’. O fato é que a ‘sociedade industrial moderna, até meados do século XX, dependera de uma simbiose da velha comunidade e velhos valores com a nova sociedade.

O contexto educacional contemporâneo é o de escolas que preparam para o mercado de trabalho, que deveriam preparar para a vida. A educação moderna, desde pelo menos os anos de 1920, quando se iniciava no mundo a segunda fase da Revolução industrial, passou a ser toda direcionada a estas especificidades: como e quando ingressar no mercado de trabalho, quais as principais vias de atuação, etc.



No Brasil, os primeiros programas educacionais incluíam até mesmo disciplinas como Educação Para o Lar, além das escolas que tinham em seu quadro de professores, técnicos em diversos ramos considerados relevantes para a sociedade, como, por exemplo, técnicos em construção ou em edificações, que ministravam aulas relativas a este gênero de trabalho aos alunos que por sua vez, eram obrigados. Esta forma de educação, não por acaso, era de influência fordista e fora desenvolvido não na Europa, berço desta tradição industrial, mas nos Estados Unidos, antigos parceiros do Brasil quando a moda vigente era a educação à luz dos países desenvolvidos (SILVA, 2000, p. 19).

Da lição de Portes (2001, p. 156), entende-se que a sociedade é um organismo em ampla fase de transformação. É dinâmico, não para um momento só para assimilar as novas variáveis que se lhe são aplicadas dia após dia. Assim, é verificável que há uma forma de educação que, mesmo hoje, na família, é perfeitamente assimilável, é diversificada e original, portanto, válida na sociedade como um todo. Nas palavras de Casa-Nova (2005, p. 209),



As famílias de classe média tendem a valorizar o domínio de si, a autonomia, e a curiosidade, enquanto as famílias de classes sociais desfavorecidas valorizam mais a ordem, a limpeza e a disciplina. As explicações radicariam nas condições de vida das diferentes classes sociais, materializadas no exercício de profissões diferenciadas, que exigem e valorizam competências diferenciada.

A própria divisão valorativa entre a escola e a família, dentro da lógica estipulada no contexto social geral, evidencia que há um conseqüente migrar de responsabilidades também da família para com a sociedade. Ela não existe dissociada do patamar cultural ou social, assim como também não admite variações frequentes na sua estrutura.

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo

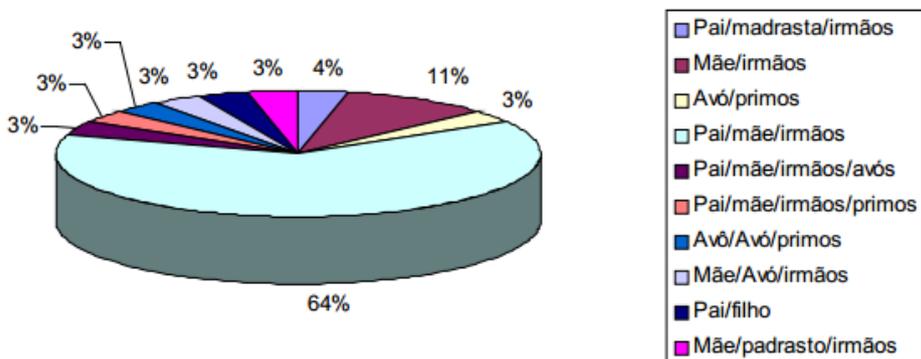


na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. (BRASIL, 2007, p. 117),

A escola é componente essencial da sociedade, e compartilha os mesmos problemas dos quais sofre a sociedade como um todo. É por isso que a ação do profissional da educação é tão importante. Como agente de compreensão da dinâmica social, promovendo perspectivas de ação pautadas sempre na racionalidade.

Os maridos sempre trabalharam bastante no período moderno da sociedade. Com isto, ficou delegado às esposas o trabalho de educação familiar dispensada aos filhos, que não esboçavam reação contrária aos elementos que formavam a sociedade como um todo. A imagem 1 mostra como, pela análise de uma população simples de estudantes, é possível entrever a complexidade dos novos núcleos familiares surgidos com o amadurecimento da sociedade da informação.





**Figura 01:** Estrutura Familiar de Jovens Brasileiros

**Fonte:** Disponível em: <<http://veterinariosnodiva.com.br/books/familia.pdf>>. Último acesso em 20 de fevereiro de 2016.

Cada vez mais as pessoas passam a conviver com diretrizes que correspondem ao modelo padrão estabelecidas socialmente através das décadas que se passaram no século XX. Muitos são os motivos, e a explicação para esta transformação está no padrão histórico apresentado pelos sujeitos na sociedade contemporânea: cada vez mais pessoas são engajadas com seu próprio progresso, deixando questões como unidade do lar em segundo plano.

Das famílias tradicionais, patriarcais, passou-se



aos modelos de famílias com apenas um dos cônjuges como chefe – mãe ou pai – e mesmo com a formação de diversos outros modelos de família, como famílias homossexuais, famílias sem pais ou mães, e aumento do número de pessoas vivendo só.

Mesmo sob este turbilhão de novas funções, entretanto, o espaço social da família não foi de tudo perdido. Para Curvo et al. (2010, p. 3),

[...] É a família a principal motivadora e ocasionadora das nossas primeiras relações afetivas e sociais, visto que ela é uma instituição que agencia a socialização primária e a educação durante a infância e adolescência e onde ocorre a maior parte das aprendizagens que realizamos. Deste modo, é pela socialização primária que são interiorizadas normas e valores, assim como formas de relacionamento, logo o começo do comportamento dos indivíduos, sendo assim esta socialização é fundamentalmente determinada pelas relações familiares.

Naturalmente, estes novos paradigmas familiar só



poderiam ter reflexo direto na escola. É nela que se discutem e se formam os pontos de vista sobre a realidade objetiva, especialmente no plano familiar. A formação familiar tem especial importância na compreensão da história social brasileira porque é a partir dela que são definidos os padrões de vivência no plano prático.

Cury (2006, p. 668) assenta que,

A complexidade da vida contemporânea quer em sua dinâmica cotidiana, quer em qualquer das vertentes analíticas às voltas com o fenômeno, por exemplo, da globalização, vem se deparando com situações aparentemente exóticas. Caso de uma situação ‘fora da ótica’ é a postulação da educação escolar no lar em um momento em que cresce cada vez mais a importância social e estratégica da instituição escolar.

O mundo do pós-guerra, especialmente nos idos de 1960, experimentou uma série de modificações sociais que tiveram impactos diretos sobre a família e a sua formação e desenvolvimento: a invenção da pílula anticoncepção



nal, que deu às mulheres mais liberdade sexual, ensejou não apenas a liberdade de escolha de parceiros, mas também a grave diminuição no número de filhos que as famílias urbanas tinham. Ao passo em que, a relação entre a formação das famílias e seu desenvolvimento tem também sido acrescida do choque de gerações. O aumento na expectativa de vida fez com que, aos poucos, avós, pais e filhos passassem a conviver cada vez mais.

Os defensores do chamado movimento de educação no lar representam uma curiosa linha de trabalho, que consiste na devolução da tutela do ensino à família, como o era em outros tempos, dando aos pais a oportunidade de educar seus filhos, caso desejassem, no seio do seu lar. Esta iniciativa não é nova, mas vem sendo inserido no seio social há pelo menos 50 anos e tem sido praticada mesmo em tempos em que a comunicação social requer de estudantes, uma visão de mundo e uma inteligência emocional muito mais apurada do que as regras vigentes até então.

A educação familiar possui determinante papel na construção desta nova sociedade. Cada vez mais os jo-



vens precisam ser assistidos pelo Estado, que, de per se, não pode estar em todas as instituições ao mesmo tempo, tampouco, os sistemas de repressão legal são eficazes, já que, atendendo a interesses de poucos, com a chamada violência sistematizada, acaba desagradando aos marginalizados do sistema.





## Capítulo 3



**PRESENÇA DA FAMÍLIA NA ESCOLA E AS  
CONSEQUÊNCIAS PARA O APRENDIZADO**

A participação da família dentro do contexto escolar, foi um constante desejo dos professores e demais profissionais da educação. A família sempre foi o primeiro espaço de aprendizagem e a escola faz um papel de interação nesse processo, as consequências do aprendizado dependem não apenas dos conteúdos da escola, mas da parceria entre os professores e os pais. (CURVO et al., 2010, p. 3). Assim o processo de educação da família é aquele que transfere aos sujeitos dois dos principais elementos necessários à sua atividade social: a socialização primária e a socialização secundária.

Berger e Luckmann (1996, p. 175), salientam que,

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo da sociedade.



Assim, na família, é mais presente a socialização primária, que pode também ser encarada como a primeira fase da educação familiar: é no momento em que, a convivência das crianças com os pais, com os irmãos e os demais parentes, estimula a aprendizagem, pois é nesse ambiente que elas aprendem o que pode e o que não pode fazer, como se alimentar, a quem obedecer, e até princípios mais complexos, como, por exemplo, a consolidação dos papéis familiares, além do seu próprio papel dentro da família, quando se lhe são atribuídas responsabilidades e cobranças.

Berger e Luckmann (1996, p. 186) reforçam ainda sobre esta fase que,

Na socialização primária, por conseguinte, é construído o primeiro mundo do indivíduo. Sua peculiar qualidade de solidez tem de ser explicada, ao menos em parte, pela inevitabilidade da relação do indivíduo com os primeiros significativos para ele.

Este primeiro contato social, do qual derivam to-



dos os demais, é essencial e é através da família que ele se constrói. A educação familiar aprende-se desde muito cedo.

Na escola, assim como na família, existem limitações. Dentre as principais, as limitações temporais são as que mais influenciam na qualidade dos resultados. É muito comum haver questionamentos por parte dos professores, que os alunos não detêm o hábito de estudar em casa, ou que seu rendimento não é o mesmo nas etapas finais do processo como o era nas iniciais. Por outro lado é comum, entretanto, que em casa, pais reclamem, por exemplo, que os filhos não conseguem se comunicar coerentemente, ou ainda, que não há melhores condições de diálogo entre eles; no plano prático, a educação familiar é e a escolar é um processo de interação entre si.

É necessário, entretanto, fazer uma distinção básica entre a forma que a escola enxerga a participação dos pais no processo de construção do conhecimento. Em geral, os pais enxergam a ida à escola como uma obrigação, algo que tem de ser feito, como uma exigência da escola em relação à família, numa forma vertical. Assim, escola e famí-



lia pode acabar construindo, um sentimento de rivalidade.

Sobre este fenômeno, Caetano (2010) afirma que,

A dificuldade, entretanto, da efetiva construção dessa relação, de uma maneira que proporcione condições de igualdade na relação das duas instituições, isto é, estabelecendo-se uma parceria, onde a participação dos pais seja real, diferente daquela participação, onde enviam uma contribuição mensal, onde colaboram comprando rifas, ou vêm à escola para ouvirem a professora contar das inúmeras dificuldades dos filhos, é um dado presente na maioria das pesquisas: que relatam o paralelismo entre as duas instituições, rompidos por raros e frágeis pontos de intersecção.

A escola é vista, em muitos casos e por muitos pais, como uma inimiga. Quando não é assim, a escola passa a ser vista – principalmente as instituições particulares de ensino – como um investimento do qual se deve ter o máximo de retorno. A escola é portadora de inúmeras cobranças por parte dos pais, que, em muitos casos, não compreendem



as exigências pedagógicas que as instituições fazem, sendo estas como necessárias ao desenvolvimento das técnicas de estímulo à aprendizagem.

Na via paralela, é a escola portadora de muitos preceitos com relação aos pais dos alunos, os quais se sentem frustrados e sobrecarregados em sua relação com a instituição. É um estigma cada vez mais consolidado, quase um ritual a cada final de unidade, em que os pais são convocados a receberem elogios ou críticas aos seus filhos. No entendimento de Carvalho (2000, p. 143),

Tradicionalmente a família tem estado por trás do sucesso escolar e tem sido culpada pelo fracasso escolar. Quem não conhece o caso, comum no âmbito das famílias de classe média e das escolas particulares, da mãe que acompanha assiduamente o aprendizado e o rendimento escolar do filho, filha ou filhos, que organiza seus horários de estudo, verifica o dever de casa diariamente, conhece a professora e frequenta as reuniões escolares? E quem não conhece o discurso, frequente no âmbito da escola pública que atende às famílias de baixa



renda, da professora frustrada com as dificuldades de aprendizagem de seus alunos e que reclama da falta de cooperação dos pais?

A escola vive um constante dilema entre a necessidade de haver uma maior participação dos pais de forma mais efetiva, e não apenas impondo cobranças mais diretivas.

Mas é verdade que neste panorama, a escola não é de todo inocente. No Brasil, especialmente. A escola brasileira sempre foi imersa numa série de elementos que a caracterizaram como uma instituição excludente. As primeiras escolas tinham o objetivo de doutrinar. Mantinham alunos com a função primordial de formar os futuros administradores de uma sociedade patriarcal, latifundiária e oligárquica, que ia estudar no exterior e que, mais importante: tinha tempo e recursos suficientes para a aplicação neste fim. O século XIX e suas transformações trouxeram mudanças significativas a todas as classes sociais brasileiras. A escola pública era autoritária, a escola privada era uma



cópia dos parâmetros relevantes para a consolidação desta sociedade fossilizada no contexto daquela época.

Segundo Carvalho (2000, p. 143),

Com efeito, o sucesso escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto e sistemático da família que investe nos filhos, compensando tanto dificuldades individuais quanto deficiências escolares. Trata-se, em geral, de família dotada de recursos econômicos e culturais, dentre os quais destacam-se o tempo livre e o nível de escolarização da mãe, expressos no conceito de capital cultural de Bourdieu (1987). A família que está por trás do sucesso escolar, salvo exceções, ou conta com uma mãe em tempo integral – ou uma supermãe, no caso daquelas que trabalham muitas horas exercendo o papel de professora dos filhos em casa, ou contratando professoras particulares para as chamadas aulas de reforço escolar e até mesmo psicólogas e psicopedagogas, nos casos mais difíceis.

A escola é culpada, pela maioria dos pais, de repre-



sentar apenas uma parcela dos alunos. Assim, as famílias menos favorecidas encaram a escola como uma instituição estanque dos seus problemas, como um todo. Nesta, os alunos prodígios surgem não como resultado do esforço dos pais ou da escola, mas como uma iniciativa individual do próprio sujeito. Assim, essa dicotomia acaba mesmo afastando os pais do seu interior. Na verdade, a perspectiva observada na revisão de literatura de Caetano (2010, p. 6) dá conta de outro aspecto negativo da instituição escolar:

Podemos dizer que, além de problemas como professores mal formados e outros, a escola tem falhado também e principalmente porque não tem dado a devida importância ao que acontece fora e antes dela, com seus educandos... E como ponto de partida para a busca de uma solução para tal realidade, articula sua pesquisa, com a preocupação de estudar formas organizacionais mais adequadas de integração dos pais a propósitos escolares de melhoria de ensino.

Os pais não entendem a escola, cobram dela de-



mais, os professores ficam à deriva nesse mar de cobranças, sem um retorno válido dos pais. A verdade é que muitos pais não dispõem nem sequer do conhecimento e da habilidade necessárias para a aquisição da independência com relação ao modo de conduzir a forma de trabalho com a escola.

Um outro aspecto importante que precisa ser considerado no trabalho entre escola e família são os seus momentos de encontro. Muitos pais apenas vão à escola no período do fim das unidades escolares. Recebem notas no boletim e ouvem reclamações e verdadeiros perfis psicológicos dos seus filhos. Saem da escola com tantas sugestões de melhorias quanto se poderia esperar de uma conversa unilateral: encontram problemas, não soluções.

As reuniões de pais e mestres – quando ocorrem – não tendem a ser diferentes. A ideia é simples: elogiam-se os melhores alunos, tomando-os como referência para o trabalho escolar e os maus alunos são execrados, geralmente é esta a prática que acaba afastando os pais do encontro com os professores. Com isto, percebe-se que o enfraquecimento



dos vínculos entre pais e escola é uma realidade que precisa ser combatida. É na família que os alunos adquirem os principais conceitos de conhecimento de que necessitam para construir o seu fazer social. O papel da escola e da família é de suma importância para a formação do indivíduo.

A escola como parte do aparato estatal é essencial à proteção da família, pois há muito tempo que o seu modelo de educação vem sofrendo mudanças e aos poucos o tradicionalismo da disseminação de informações passou a ser modificado, passando a uma eficiência maior no contexto da sua aplicação sobre a vida prática dos sujeitos. Entretanto, ao que parece, pelo menos aos olhos de Faria Filho (2000, p. 44), este aspecto importante do trabalho da escola tem sido quase que um hiato no campo acadêmico da pedagogia:

No campo das pesquisas acadêmicas, talvez a área que mais tem se voltado para o estudo e entendimento das relações entre escola e família seja, não por acaso, a Sociologia e, subalternamente, os estudos de políticas de educação. Discutindo, seja temas clássicos, como o fracasso escolar, seja questões re-



centemente incorporadas, como: as trajetórias escolares, os sociólogos da educação têm continuamente chamado a atenção para a implicação da instituição familiar com a escola. Como dizem Montandon e Perrenoud (1987:7), ‘de uma maneira ou de outra, onipresente ou discreta, agradável ou ameaçadora, a escola faz parte da vida cotidiana de cada família.

O foco das pesquisas em educação quase sempre tem o objetivo de indicar problemas relativos ao fracasso educacional, como se, num movimento de análise puramente positivista, analisando as partes para compreender o funcionamento do todo, fosse possível construir o complexo controle de uma rede intrínseca de elementos que culminam com o fracasso escolar, quando, na verdade, este caminho também passa pela forma com que, culturalmente se consegue enxergar a escola e sua finalidade na vida de cada um.

Assim, num trabalho mais detalhado, quando se constrói os vínculos com a escola e a família, se pode perceber que o rendimento e as perspectivas escolares melhoram



exponencialmente.

### **As vantagens da inserção da família no espaço escolar**

Inserir a família no contexto escolar é uma atividade, em diversos aspectos, complexa. Principalmente no Brasil, pois, como já salientado, a escola brasileira requer uma quantidade de fatores muito ampla para que os pais sejam, de fato, incluídos no contexto, por exemplo, o primeiro passo a ser dado é justamente a consolidação de uma política interna que privilegie, de fato, os elementos formadores de uma educação de base com enfoque na participação familiar, uma vez que a forma conflitante entre família e escola acaba sempre desprivilegiando a família. Carvalho (2000, p. 31):

Neste jogo de busca de culpados, a assimetria de poder entre profissionais da educação e familiares costuma pesar a favor dos educadores, principalmente quando temos, de um lado, os detentores de um saber técnico e, de outro, sujeitos de



uma cultura iletrada. Novamente, se essas diferenças são convertidas em desigualdade, a distância entre alguns tipos de famílias e as escolas que seus filhos frequentam se amplia. Podemos dizer que usar a assimetria de poder para transferir da escola para o aluno e sua família o peso do fracasso transforma pais, mães, professores, diretores e alunos em antagonistas, afastando estes últimos da garantia de seus direitos educacionais. É uma armadilha completa.

O estigma do mau aluno é reforçado pelos professores, na medida em que estes não se importam em mostrar – ressaltar – as circunstâncias em que este fracasso acontece, como sendo uma consequência cultural da família, Caetano (2010, p. 8) prefere reforçar o critério de construção de uma escola que atue embasada em critérios de cooperação com a família:

A escola portanto também necessita dessa relação de cooperação com a família, pois os professores precisam conhecer as dinâmicas



internas e o universo sociocultural vivenciados pelos seus alunos, para que possam respeitá-los, compreendê-los e tenham condições de intervirem no providenciar de um desenvolvimento nas expressões de sucesso e não de fracasso diagnosticado. Precisam ainda, dessa relação de parceria para poderem também compartilhar com a família os aspectos de conduta do filho: aproveitamento escolar, qualidade na realização das tarefas, relacionamento com professores e colegas, atitudes, valores, respeito às regras.

Esta cooperação com a família não pode ser unilateral – e quando dá certo, geralmente não é. Primeiro, porque as relações de construção social dependem necessariamente do estatuto informal que se cria dentro dos elementos norteadores de cada uma das instituições. A escola precisa deixar de reverter-se em preconceitos contra o aluno, o qual encontra-se sempre em posição de fragilidade. Na verdade, a compreensão do aluno como tábua rasa, na qual se pode colocar qualquer coisa, precisa ser desfeito e repensado. Steingeberg (2007, p. 8) afirma que,



Por ser local de conhecimentos científicos a escola pode contribuir com a família para essa prática educacional mais abrangente. Para Comenius (2002) a educação não se resume a ensinar alguns conceitos. A educação é considerada como um processo ao longo de toda a vida e ao mesmo tempo uma maneira de reorganizar e reconstruir a sociedade. Ele afirma que não fomos colocados no mundo só para sermos expectadores, mas também atores. Seus propósitos pedagógicos enfatizavam a formação do homem integral (envolvendo a vertente religiosa, social, político, racional, afetivo e moral), e a necessidade da interdisciplinaridade, da afetividade do educador e a interação educacional entre família e escola.

A escola veio da família. Em algum momento, elas estiveram unidas, formando um único corpo social. Quando houve a separação das instituições, aparentemente, ignorou-se os princípios que norteavam ambas as suas potencialidades.

Freire (1986, p. 159) não ignora a forma que a esco-



la aparece como um prolongamento da família dentro da célula social, não permite que sejam ausentados desta célula, elementos essenciais, como, por exemplo, o próprio aspecto tutelar. Nas palavras do autor,

Não é certo, sobretudo do ponto de vista democrático, que serei tão melhor professor quanto mais severo, mais frio, mais distante e ‘cinzento’ me ponha nas minhas relações com os alunos [...] A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade. O que não posso obviamente permitir é que minha afetividade interfira no cumprimento ético de meu dever de professor no exercício de minha autoridade. Não posso condicionar a avaliação do trabalho escolar de um aluno ao maior ou menor bem querer que tenha por ele.

Do ponto de vista legal – na rasa analogia do termo – é importante perceber que a escola é considerada como um prolongamento da família. O professor, quando do exercício de suas atividades, especialmente na educação de base, e em compartilhamento com os demais profissionais



envolvidos na formação do aluno e na administração da escola, garantes, isto é, pessoas responsáveis pela segurança imediata daquelas pessoas, mas também, no entendimento *latu senso* do termo, são garantes no sentido de promover na escola, se possível, todos os aprendizados e elementos facilitadores que são encontrados na família (Freire, 1986).

A sociedade surge a partir da célula familiar. Suas representações e valores são, a grosso modo de ver, uma forma de reflexão da família. Isto só é possível porque dentro da família, a base fundamental é ancorada em aprendizado. Nela, as pessoas adquirem os arquétipos que carregarão para o mundo, bem como os valores que multiplicarão no seu dia-dia, aprendem como podem e o que podem fazer na sociedade, bem como imprimem sua própria marca nela. Sobre o tema, Dessen (2007, p. 37) afirma que,

A família, presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, atuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais (Amazonas, Damasceno, Terto & Silva, 2003;



Kreppner, 1992, 2000). É também considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem estar da criança. A família é vista como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, idéias e significados que estão presentes nas sociedades (Kreppner, 2000). Ela tem, portanto, um impacto significativo e uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente das crianças, que aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais.

A relação mundo/família é abraçada por esta, invariavelmente. Como anteriormente afirmado, não existem sociedades em que haja a ausência de famílias, assim como não há famílias iguais nem entre as sociedades, nem dentro de cada sociedade indistintamente. O que intermedia essa diversidade, são os valores, as crenças, as relações entre os indivíduos que compõem as células familiares e que, ao fi-



nal acabam reproduzindo – à mercê de outros movimentos sociais e transformações de ordem complexa – tudo o que o lar ensina de uma forma mais dinâmica, marcando, por assim dizer, a macro social dos sujeitos, estabelecendo uma ausência de limites ao próprio limite da instituição familiar.

A escola e a família debruçam-se sobre a contradição do que se deseja com a realidade dura que se tem: professores contra alunos, alunos contra a escola e o fracasso é uma constante para todos. Quando a escola falha neste quesito, compromete uma outra função muito importante. Nas palavras de Villas-Boas (2002, p. 2),

Vários autores têm verificado que a iniciativa da aproximação à família e à comunidade deve caber à escola por esta estar em melhor posição para o fazer (Harry, 1992; Shen et al., 1994). Com efeito, apesar das referidas dificuldades e na medida em que a literatura nesta área sugere que a relação entre a escola e a família parece crítica para a qualidade das escolas, alguns autores defendem que essa relação pode ser modificada positivamente para benefício de todos (alunos, pais e



professores) através da atuação dos próprios educadores.

A escola é uma das entidades responsáveis pela organização da sociedade, refletindo nela os valores morais e sociais que esta preconiza. Quando há algum valor que não pode – ou não deve – ser reproduzido no contexto social, em geral, estes valores são trabalhados na escola. Conceitos abstratos como ética, profissionalismo, reeducação social permeiam a cultura social, haja vista que é na escola que se faz o pensamento sobre o novo.

O caminho das pedras para entender o fenômeno da escola participante da célula familiar é trabalhar com o conceito do retrocesso temporal: considerar a escola como parte essencial da formação da família, como uma resposta ao conceito essencial de sociedade organizada.

Os educadores precisam compreender que a família chega à escola com um monte de expectativas, positivas e negativas, sobre a educação que os filhos receberão nela. Quando se procura o significado completo da educação escolar para a sociedade, tem-se que pensar não apenas



o processo na ponta final, no indivíduo formado, mas no procedimento de formação do sujeito, como uma ponte à compreensão do seu valor como indivíduo.

Assim, a educação é um direito básico, com previsão constitucional, premissa essencial à sua manifestação. A conscientização do acesso a este item essencial é, entretanto, como afirmado, uma realidade meramente subjetiva, embasada essencialmente numa correlação entre a clientela e a oferta de educação no contexto contemporâneo.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS



O objetivo deste estudo foi alcançado ficando evidente que a presença da família na escola é importante na educação de jovens e adolescentes a ponto da ausência da família comprometer a função social da escola.

A análise conjunta do primeiro, segundo e terceiro capítulo possibilitou o entendimento que as primeiras famílias compreendiam a educação como a forma com que o homem escolhe para viver a sua vida no contexto da coletividade; pois o homem necessitava da união proporcionada pelos núcleos familiares primitivos que, já naquela época, há milhares de anos, compreendia um complexo diversificado e amplo, condizente com a própria natureza social da humanidade. Assim, a escola, quando surge, encontra já no contexto contemporâneo, sua nova dicotomia, a perspectiva da educação para a sociedade, quando não há mais os primeiros instintos – predatório, de sobrevivência, de construção de paradigmas – que fizeram referência à sua primeira formação. No mundo moderno, as regras do jogo social são outras e, por conseguinte, seus efeitos tendem a variar. A educação precisa estar a par desta transformação como via



principal de construção do pensamento social.

Acontece que a escola moderna é constantemente bombardeada por equívocos. Tem-se a ideia de que a escola é a chave para a riqueza, que o ato de estudar implica diretamente no sucesso financeiro e profissional, quando, na verdade, este sucesso é mais influenciado por outros elementos que nem sempre se coadunam com a educação, ou dela simplesmente não fazem parte, mas a tem como pressuposto à sua aquisição. Paulo Freire (2000) ao seu tempo, afirmava que a educação sozinha não faz nada, todavia, nada se faz sem a educação, numa forma de afirmar positivamente a ideia de que não é a educação, oca, desprovida de sentido, que irá transformar o mundo; mas a educação sistematizada, voltada aos pressupostos máximos de sua ação condizente com a realização de suas necessidades específicas.

Por outro lado, não se pode atribuir toda a culpa pelo fracasso escolar à família; embora haja uma relação entre o fracasso escolar e a participação da família nas atividades escolares. Famílias bem sucedidas educavam melhor seus filhos, pois lhes davam todo o necessário à sua



educação material – material escolar, reforço, pagamento de escolas de melhor qualidade, ou mesmo de professores particulares nos (raros) casos em que se optava pela matrícula na escola pública. Famílias pobres, ao contrário, não educavam coerentemente seus filhos, não lhes cobravam a necessária atenção aos professores, o cumprimento das atividades para casa, a importante tarefa de acompanhar os filhos na sua trajetória rumo à formação do seu próprio conhecimento. O saldo final deste fenômeno é a evasão ou a delinquência juvenil na escola.

A escola age como culpada quando entende o mundo apenas desta rasa perspectiva apresentada, ignorando que pais bem sucedidos são também omissos em suas atividades de pai, gerando cidadãos tão ineficientes na vida social quanto na escola; pais trabalhadores, muitas vezes não têm tempo para ficar em contato com os filhos, mas não prescindem, em bastante casos, de analisar e comentar as atividades dos filhos.

A escola comete erro, quando pune os indisciplinados sem a necessária anamnese do seu comportamento,



e, finalmente, erra mais quando desiste da atuação da família na sala de aula, se não para contribuir efetivamente com a formação do sujeito dentro de suas capacidades e responsabilidades, ao menos para assegurar que cada um aprenda segundo as necessidades individuais.

Só se conhece tais atividades quando se conhece – e se reconhece – criticamente o mundo. É aí onde entra a escola, como complementar e não como rival ferrenha da atividade educacional. Nesta perspectiva, é importante ressaltar que seu papel é de equilibradora. A educação principal. Aquela sem a qual os sujeitos não passam na sociedade, somente a família sabe dar.

Cabe, portanto, à família e escola, comporem um patamar de entendimento comum, de forma a assegurar a linha da realidade educacional, tal como se deseja, como é o mais seguro, não como se fossem dois titãs disputando de forma incerta, um espaço fadado a ser palco da tragédia de ambos.

Portanto, a principal constatação realizada por esta pesquisa é que a escola é uma instituição incompleta, quan-



do ignora as potencialidades do trabalho compartilhado com a família.

Quanto as limitações da pesquisa, esta apresenta por principal limitação o fato de ter restringido-se à pesquisa bibliográfica, não realizando uma pesquisa empírica, a qual poderia ampliar a compreensão do papel da presença da família na escola.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



AURÉLIO. Novo Dicionário Eletrônico Aurélio versão 5.0. Coordenação e edição: Margarida dos Anjos e Marina Baird Ferreira. Brasil: Editora positivo, 2004.

BENTO, Antônio Maria Veloso. Articulação da educação formal e não formal. Revista Educare, 2000.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade – Tratado e Sociologia do conhecimento. 13.a ed. Rio de Janeiro, Editora Petrópolis, 1996.

BOSI, Alfredo. Reflexões Sobre a Arte- 7. ed. São Paulo: Ática 2000.

BRASIL. Parâmetro Curriculares Nacionais, 2007.

CAETANO, Luciana Maria. Relação escola-família: uma proposta de parceria. Intellectus. 2010.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. In: Cadernos de Pesquisa, João Pessoa, 2000.

CASA-NOVA, Maria José. Etnicidade e educação familiar: o caso dos ciganos. 2005.

CURVO, Helissana; FERREIRA, Márcia dos Santos. Fa-



mília e educação: reflexões sobre a contribuição familiar no processo de ensino-aprendizagem. Mato Grosso, 2010. Artigo científico.

CURY, Carlos Alberto Jamil. Educação escolar e educação no lar: espaços de uma polêmica. In: Educação Sociológica. São Paulo, 2006.

DESSEN, M. A. Desenvolvimento familiar: Transição de um sistema triádico para poliádico. Temas em Psicologia, 3, 51-61. 2007.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo, SP: Ed. Martin Claret. 2001.

\_\_\_\_\_. Da Divisão do Trabalho Social. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Para entender a relação escola-família. Uma contribuição da história da educação. In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. Pedagogia da Indignação- cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Edições UNESP, 2000.



GASPAR, Alberto. A educação formal e a educação informal em ciências. In: História em Revista, Rio de Janeiro, Editora Cidade Cultural, 1990.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. Porto: Porto, 2008.

LAUWE, Marie-José Combart de; HENRY, P. A evolução contemporânea da família: estruturas, funções, necessidades. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224165225Z5aRR5fx5Sc98EV6.pdf>>. Último acesso em 20 de dezembro de 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1976.

LIMA, Telma C. & MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálysis, v. 10, n. 2, p. 37-45, 2007.

LÔBO, Paulo. Direito Civil: Famílias. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Rio



de Janeiro. 2006.

\_\_\_\_\_. A ideologia alemã (I- Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1986.

MIKUZAMI. G. N. Formação continuada e complexidade da docência: o lugar da universidade. Porto Alegre, 2008.

NOGUEIRA, Mariana Brasil. A família: Conceito, evolução e sua importância. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/18496-18497-1-PB.pdf>>. Último acesso em 20 de dezembro de 2015.

PORTES. Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG: um estudo a partir de cinco casos. 2001. 267 p. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2001.

SCHIMIDT, João Pedro. O comunitário em tempos de público não estatal. Revista Avaliação da Educação Superior, 2010.

SCHNEIDER, Selma. Educação do campo e sustentabilidade: o caso da Escola Família Agrícola em Santa Cruz do Sul-RS. 2012.

SILVA, Lourdes Helena. As representações sociais da rela-



ção educativa escola-família no universo das experiências brasileiras de formação em alternância. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

SILVEIRA, L. M. O. B.; WAGNER, A. Relação família-escola: práticas educativas utilizadas por pais e professores. *Psicol. Esc. Educ.* (Impr.), Campinas, v. 13, n. 2, dez. 2006.

STEINGEBERG, Josmary Firmino. *Interação Família-Escola: saberes necessários para a construção de relações transformadoras*. 2007.

VILHENA, Junia de. *Repensando a família*. In: *Psicologia*. Rio de Janeiro, 2010.

VILLAS-BOAS, Maria Adelino. *A relação família-escola-comunidade inserida na problemática da formação de professores*. Disponível em: < <http://www.educ.fc.ul.pt/recentes/mpfip/pdfs/adelinavillasboas.pdf>>. Último acesso em 20 de dezembro de 2015.



## *Dos autores*



**Maria Neide Targino**

Doutora em Ciências da Educação pela Universidad de Desarrollo Sustentable. Mestra em Ciências da Educação pela Universidad de Desarrollo Sustentable. Especialista em Psicopedagogia aplicada a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental-UNEB/BA e em Ensino de Sociologia no Ensino Médio- UFBA. Licenciada em Pedagogia e Sociologia pela UNEB. Coordenadora da Rede



Pública Estadual de Educação da Bahia. Tem experiência nas áreas de formação de professores, Currículo , Gestão democrática, e Formação de líderes de classe.



### **Elma Maria Lopes do Nascimento**

Licenciatura em Biologia pela Uneb- Campus 8, Especialista em Ecologia Humana pela Uneb campus 8, Especialista em Educação Étnicoracial pela UFAL;





**Paulo José Gomes**

Mestrando em Educação Profissional pela Instituto Federal de Ensino de Sergipe, Especialista em Educação de Gênero e Direitos Humanos pela UFBA;





## **José Fernando Silva**

Mestre em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental pela Uneb campus 8, Especialista em Política e Estratégia pela Uneb, Especialista em Educação Étnicoracial pela Ufal, Especialista e em Sociologia pela UFBA



# *Política e Escopo da Coleção de livros Humanas em Perspectiva*



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 pa-



lavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).





tivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a publicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá terã acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



# Índice Remissivo



## **E**

### Educação

*página 9*

*página 12*

*página 35*

*página 38*

### Escola

*página 11*

*página 44*

*página 67*

*página 80*

## **F**

### Família

*página 23*



*página 30*

*página 58*

*página 65*

## **S**

### Sociedade

*página 37*

*página 43*

*página 53*

*página 54*





Periodicos  
da Escola Acadêmica



Essa obra escrita pelos pesquisadores possui grande relevância ao colocar em evidência o papel da família como meio para auxiliar o processo educacional dos filhos, permitindo-se problematizar a importância da boa relação entre a família e a escola.